



PLANO DE ENSINO

Identificação

Disciplina: Organização e Funcionamento da Educação Básica
Curso: LICENCIATURA EM MATEMÁTICA - CRÉDITO/CAMPUS ARAGUAIA
Nível: Graduação
Código: 72000015 Período: 20241 Turma: MAT
Unidade Ofertante: Instituto de Ciências Exatas e da Terra
Carga Horária Teórica: 64 horas Carga Horária Prática: 0 horas Carga Horária Total: 64 horas
Tipo de Disciplina: OBRIGATÓRIO
Professor: ALESSANDRA DOS SANTOS DA SILVA

Status: Homologado

Ementa

Sociedade, cultura e educação: interdependência. Análise da educação brasileira no contexto sócio-político-econômico no período de 1930 aos dias atuais. O ensino básico na Lei 4024/61, Lei 5692/72 e Lei 9394/93. Perspectivas atuais da Educação Básica: pressuposto legal, objeto da educação básica em seus significados sócio-políticos e educacionais, aspectos curriculares básicos no ensino fundamental e médio resultantes nas influências sócio-político-econômicas, aspectos legais do ensino fund

Justificativa

A compreensão da organização e funcionamento escolares, tais como a estrutura física, curricular e política-organizacional é de extrema importância na formação da/o licencianda/o, já que esta/e precisará compreender, realizar crítica e lidar na prática profissional com tais estruturas. A disciplina proporciona a análise sobre a Educação Brasileira do ponto de vista histórico e sociocultural, a avaliação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, da Base Nacional Comum Curricular e de políticas educacionais, como a Educação de Jovens e Adultos, Educação Inclusiva, Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008. Ademais, o componente curricular é potencial para debater programas sociopolíticos atuais que implicam nas condições de ensino e de aprendizagem escolares, e possibilita uma análise crítica sobre Referenciais Curriculares e Projetos Políticos Pedagógicos locais. Assim, os conteúdos e debates possibilitados pela disciplina são relevantes para formar professoras/es capazes de desenvolver um olhar crítico para questões sociopolíticas relacionadas com a organização e funcionamento das escolas, bem como para que possam agir de modo a assegurar a implementação de políticas públicas importantes tanto no contexto nacional quanto localmente.

Objetivo Geral

Compreender aspectos históricos, políticos e pedagógicos da organização e funcionamento da educação, analisando criticamente legislações, condições práticas e políticas públicas para a educação escolar nacional, para elaborar os conhecimentos estruturantes à prática docente no sistema de ensino, numa perspectiva crítica-transformadora.

Objetivos Específicos

- Conhecer aspectos históricos e socioculturais da educação brasileira;
- Compreender a organização das estruturas escolares do ponto de vista físico, curricular e política-organizacional;
- Analisar os filmes e documentários, identificando as lógicas, estruturas da escolarização e o modo que isso opera na educação escolar.
- Analisar criticamente a Constituição Federal no que concerne aos elementos ligados especificamente à Educação;
- Discutir a relevância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem suas implicações sociopolíticas;
- Analisar os Parâmetros Curriculares Nacionais e os temas transversais enquanto um marco na politização da educação escolar;
- Avaliar a Base Nacional Comum Curricular em termos políticos e pragmáticos, por meio da análise de competências gerais e específicas e da reflexão sobre elementos teórico-metodológicos do ensino de ciências;
- Conhecer uma possibilidade metodológica para elaborar currículos locais a partir dos referenciais legais e normativos nacionais;
- Analisar o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso, avaliando aspectos convergentes e divergentes dos principais marcos teóricos e legais;

- Discutir acerca das implicações das Diretrizes Curriculares Nacionais no funcionamento pedagógico da educação básica;
- Avaliar criticamente e com posicionamento as políticas públicas relevantes à educação básica nacional que estão dispostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, tais como: Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola e Educação em Direitos Humanos;
- Conhecer e avaliar as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 nos currículos nacionais;
- Relacionar os pressupostos da Lei Brasileira de Inclusão com o Funcionamento da Educação Escolar;
- Analisar o Plano Nacional de Educação e o financiamento da educação básica brasileira;
- Analisar criticamente o Programa Escola Sem Partido por meio de argumentos legais, pedagógicos e sociológicos;
- Conhecer a importância e principais elementos de Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e analisar criticamente um PPP local;
- Elaborar proposta de referencial curricular local a partir dos marcos legais estudados e questões do contexto local;
- Debater sobre o que se pode aprender e praticar a partir dos modos de organização e funcionamento da Educação Básica brasileira.

Conteúdo Programático

| Tópico / Subtópico |
|---|
| <p>➡ Unidade I</p> <p>A Educação Brasileira: uma análise histórica e sociocultural.</p> <p>Conhecimentos das estruturas escolares: estrutura física, curricular e política-organizacional.</p> <p>A educação proibida: lógicas de escolarização e prática educativa.</p> |
| <p>➡ Unidade II</p> <p>Constituição Federal: uma análise sobre a educação.</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: relevância e implicações sociopolíticas.</p> <p>Parâmetros Nacionais Curriculares e os temas transversais enquanto um marco na politização da educação escolar.</p> |
| <p>➡ Unidade III</p> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais no funcionamento pedagógico da educação básica.</p> <p>Políticas públicas relevantes à educação básica nacional: Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola e Educação em Direitos Humanos.</p> <p>Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 nos currículos nacionais.</p> <p>Lei Brasileira de Inclusão e o Funcionamento da Educação Escolar.</p> <p>Plano Nacional de Educação e o financiamento da educação básica brasileira.</p> <p>Programa Escola Sem Partido e suas implicações pedagógicas.</p> |
| <p>➡ Unidade IV</p> <p>Base Nacional Comum Curricular: aspectos políticos, pragmáticos e elementos teórico-metodológicos do ensino de ciência.</p> <p>Possibilidade metodológica para elaborar currículos locais.</p> <p>Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: aspectos convergentes e divergentes dos principais marcos teóricos e legais.</p> <p>Projeto Político Pedagógico local: uma análise investigativa.</p> |

Metodologia

As aulas serão dialogadas seguindo a abordagem teórico-metodológica de Paulo Freire

- Leitura do Guia de Estudos;
- Assistir a palestra “Políticas educacionais brasileiras” do prof. Dermeval Saviani, disponibilizado no AVA;
- Leitura e debate sobre artigos científicos e demais textos que embasam a elaboração dos seminários temáticos;
- Seminários temáticos;
- Participar de encontros síncronos para diálogos e debates e para as seguintes aulas: “Conhecimentos das estruturas escolares: estrutura curricular e política-organizacional” e “Possibilidade metodológica para elaborar currículos locais”;
- Análise crítica de filmes e documentários;
- Estudos de legislações e política públicas sobre a educação básica brasileira: Constituição da República Federativa do Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais e Temas Transversais, Base Nacional Comum Curricular, Documento de Referência Curricular para Mato Grosso e Projeto Político Pedagógico de uma escola local;
- Assistir vídeos curtos disponibilizados no AVA: “Educação na Constituição Federal de 1988”; “Pensamento Crítico: o que é? Para quê serve?”, “As competências gerais da BNCC” e “Ciências da Natureza na BNCC”;
- Leitura de artigos, leis e slides sobre o Programa Escola Sem Partido;
- Estudos em grupos do Documento de Referência Curricular para Mato Grosso e de um Projeto Político Pedagógico local;
- Elaboração de proposta de referencial curricular local a partir dos marcos legais estudados e questões do contexto local;
- Debate ampliado sobre o que podemos aprender e praticar a partir dos modos de organização e funcionamento da Educação Básica brasileira.

Avaliação

Serão utilizados diferentes instrumentos e meios de avaliação, a fim de desenvolver habilidades distintas, sendo eles:

Unidade I:

- Texto dissertativo-argumentativo sobre estruturas curricular e política-organizacional da educação básica brasileira;
- Resenha crítica do documentário e/ou filme.

Unidade II:

- Participação em debate no fórum “A Constituição Federal na Educação Nacional”;
- Participação em debate no fórum “LDB e PCN: quais implicações para a educação escolar?”.

Unidade III:

- Apresentação de Seminário Temático e postagem de slides narrados no AVA;
- Respostas ao roteiro de análise do filme “ Sala dos Professores” e “Os campeões”.

Unidade IV:

- Escrita de texto analítico crítico intitulado “Escola: um projeto político-pedagógico de emancipação”;
- Elaboração de uma História da Escolas locais de referencial curricular local a partir dos marcos legais da Educação Escolar local.

Todas as atividades avaliativas serão realizadas e/ou postadas no AVA, e mesmo a atividade síncrona - seminário temático - poderá ser postada no AVA. Cada atividade valerá dez, de modo que será realizada uma média para cada unidade de aprendizagem. A partir da média de cada unidade, será calculada uma média aritmética simples que resultará na nota final. As atividades avaliativas de cada módulo serão computadas da média simples. O requisito para aprovação se NF > ou = 5 o estagiário será aprovado, caso contrário reprovado. (conforme artigo 8 paragrafo 2 da Resolução CONSEPE 063/2018). Não haverá prova final.

Bibliografia

Básica

| Referência | Existe na Biblioteca |
|---|----------------------|
| LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2012. | ✓ |
| LOMBARDI; José Claudinei; SAVIANI, Demerval. Navegando pela história da educação brasileira: 20 anos de Histedbr. Autores Associados, 2009. | ✓ |
| SAVIANI, Demerval. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2011. | ✓ |

Complementar

| Referência | Existe na Biblioteca |
|--|----------------------|
| TEIXEIRA, Albano Luiz Francisco. Um breve histórico da educação brasileira ? sob o signo da precariedade. Revista ENCONTROS, n 24, ano 13, 2015. | Não |
| MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; SANTOS, Cláudio Eduardo Félix dos. Educação Proibida: reflexões sobre os ideários pedagógicos contemporâneos à luz da Pedagogia Histórico-Crítica. Revista RBBA, n. 01, v. 4, p. 231-249, 2015. | Não |
| CARVALHO, Teresa Raquel Siqueira Soares; PINHEIRO, Priscilla Oliveira; GUEDES, Neide Cavalcante. A importância do coletivo na construção do Projeto Político Pedagógico. In: XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE. Anais... Curitiba, 2013. | Não |
| VIERA, Sofia Lerche. Estrutura e funcionamento da educação básica. 2. ed. atual. Fortaleza: EdUECE, 2015. | Não |
| SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. 112p. | Não |
| MATO GROSSO. Documento de Referência Curricular para Mato Grosso. Ensino Fundamental. Anos Finais. Governo de Mato Grosso: Secretaria da Educação, 2018. 319 f. Disponível em: . Acesso em: 01 abr 2020. | Não |
| MATO GROSSO. Documento de Referência Curricular para Mato Grosso. Concepções para a Educação Básica. Governo de Mato Grosso: Secretaria da Educação, 2018. 138 f. Disponível em: . Acesso em: 01 abr 2020. | Não |
| BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Brasília, 2018. 468 f. | Não |
| BRASIL. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. | Não |
| BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. | Não |
| BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. | Não |

| Referência | Existe na Biblioteca |
|--|----------------------|
| BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. Parte III. Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Brasília, 2002, 144p. | Não |
| BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas e Compromissos Todos pela Educação, 2007b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm Acesso em 28 de fev. de 2020. | Não |
| BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm . Acesso em 25 de fev. de 2020. | Não |
| BRASIL. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília: 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 28 de fev. de 2020. | Não |
| BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm . Acesso em: 28 de fev. de 2020. | Não |
| BRASIL. Projeto de lei n.º 867, de 2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o | Não |
| FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 64. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. | Não |
| FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. | Não |
| FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. | Não |
| FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. | Não |
| FREIRE, Paulo. Política e Educação: ensaios. São Paulo: Cortez Editora, 5ª edição, 2001. | Não |
| BARBOSA, Leidiane Aparecida Rangel da S. Questões Sociocientíficas e Pedagogia da Alternância: desafios e possibilidades de uma Educação Científica Humanística no contexto de uma Casa Familiar Rural. 2019. 218 f. Dissertação [Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências]. Instituto de Física (UFBA), Salvador, PPGEFHC/UFBA-UEFS, 2019. | Não |

Informações Adicionais

Aprovação

Aprovado em reunião do Colegiado do Curso realizada em ____/____/____.

_____, ____/____/____.

Coordenador(a) do Curso



Documento autenticado eletronicamente por **ANDREY BARBOSA GUIMARAES, Coordenador(a) de Ensino de Graduação em Matemática do ICET / CUA**, em 15/10/2024, às 21:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), a partir de cópia autenticada administrativamente.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7268423** e o código CRC **D79BBE8A**.
